

ELEIÇÕES / Candidatos ao Planalto ainda não podem pedir votos nem participar de showmícios, mas viagens pelo país são permitidas, assim como sabatinas e debates. Campanha eleitoral começa oficialmente em 16 de agosto

Pré-campanha mais flexível

» VICTOR CORREIA

A movimentação dos pré-candidatos ao Planalto começou cedo neste ano. Mesmo antes de anunciarem oficialmente as chapas, eles já participam de debates, sabatinas, de viagens pelo país e eventos com milhares de simpatizantes. O ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT), por exemplo, já havia sinalizado a chapa com Geraldo Alckmin (PSB) em dezembro do ano passado.

A chamada pré-campanha é um fenômeno relativamente recente na legislação eleitoral, definido apenas em 2015 com a Lei nº 13.165. Por outro lado, a prática é nova apenas na lei, e os candidatos sempre procuraram formas de antecipar a busca por votos.

Antes da reforma eleitoral de 2015, nenhum tipo de propaganda eleitoral era permitido antes das convenções partidárias. Com a mudança, foi permitida a pré-campanha, desde que não contenha pedido de votos, e as novas regras passaram a valer já nas eleições municipais de 2016. “Mas isso vinha gerando alguma controvérsia na jurisprudência do TSE (Tribunal Superior Eleitoral)”, diz a professora da FGV Direito Rio e ex-procuradora regional eleitoral do Rio de Janeiro Silvana Batini. “Basicamente o que está proibido na pré-campanha é o pedido expresso de voto. O tribunal considerava também irregular o pedido implícito, mas hoje, não.”

Segundo Silvana, o TSE passou a ter uma postura mais liberal em relação à pré-campanha nas eleições municipais de 2020, expressada em alguns julgamentos realizados no pleito. A postura foi depois incorporada à Resolução nº 23.624, de 18 de dezembro de 2019, que rege a propaganda eleitoral. Portanto, esta é a primeira corrida ao Planalto com a atual regulamentação da pré-campanha. Além do pedido expresso de votos, estão vetadas práticas proibidas durante a campanha, como outdoors, showmícios e propaganda política em eventos religiosos.

Terceiros

Com a antecipação das campanhas e os pré-candidatos nas ruas, intensificaram-se também as acusações e processos contra propaganda eleitoral antecipada. Entre os exemplos mais icônicos neste ano estão os outdoors espalhados pelo Brasil exaltando o presidente Jair Bolsonaro (PL).

Apesar de o PT acionar repetidamente a Justiça Eleitoral por propaganda antecipada, o TSE rejeitou os pedidos até agora. Outro caso foi a bandeira com rosto de Lula usada pela cantora Pablo Vittar no palco do festival Lollapalooza, em março.



Pacífico

Para saber mais

O que pode e o que não pode na pré-campanha?

PODE

- » Mencionar eventual candidatura
- » Exaltar qualidades pessoais dos pré-candidatos
- » Impulsioneamento de conteúdos nas redes sociais
- » Participação em entrevistas, debates e afins
- » Participação em seminários ou congressos em ambiente fechado e com despesas pagas pelos partidos
- » Arrecadação de recursos (desde 15 de maio)

NÃO PODE

- » Pedir votos explicitamente
- » Usar o número do partido em propagandas
- » Declarar candidatura antes das convenções
- » Uso de outdoors, placas e telemarketing (também proibido na campanha)
- » Propaganda eleitoral em cultos religiosos (também proibido na campanha)

O que ainda causa controvérsia é a interpretação da lei. Para o especialista em direito constitucional e eleitoral Acacio Miranda da Silva Filho, “hoje há uma regulamentação da pré-campanha. A junção dos requisitos da lei eleitoral com as vedações da pré-candidatura que nos leva à discussão”.

“Existe muita dificuldade na interpretação. Sobre a questão dos outdoors, em regra, o próprio

candidato não pode custear. Os do Bolsonaro foram custeados por terceiros, e aí entra na questão da liberdade de manifestação. A bandeira do Lollapalooza também foi usada por terceiros, sem o número da campanha. Não há, até o momento, um caso realmente de propaganda antecipada (entre os presidenciais)”, explica Acacio.

Uma fonte da campanha de

Lula disse ao **Correio** que o partido toma todos os cuidados necessários para não se enquadrar em propaganda eleitoral antecipada. Todo o material da campanha é avaliado pela equipe jurídica, comandada pelo ex-ministro da Justiça Eugênio Aragão. Até o momento, o partido “não teve problema nenhum” com isso, e não houve condenação e multa por parte do TSE.

Segundo uma fonte da campanha do MDB, que tem a senadora Simone Tebet como cabeça da chapa formada com PSDB e Cidadania, nunca houve problema com propaganda antecipada. “O que você não pode fazer é pedir voto, basicamente isso. É questão de respeito ao eleitor. Mas a campanha acontece o tempo todo, o Bolsonaro faz campanha o tempo todo. O que você teve com a questão do Lollapalooza, dos outdoors, são sempre terceiros, isso não tem nada a ver com os partidos”, disse.

O **Correio** procurou a Procuradoria Geral Eleitoral (PGE), ligada ao Ministério Público Federal (MPF), para comentar sobre o tema e saber se há



Existe muita dificuldade na interpretação. Sobre a questão dos outdoors, em regra o próprio candidato não pode custear. Os do Bolsonaro foram custeados por terceiros, e aí entra na questão da liberdade de manifestação”

Acacio Miranda da Silva Filho, especialista em direito constitucional e eleitoral

levantamento sobre quantos processos de propaganda antecipada foram abertos contra os pré-candidatos ao Planalto. O órgão afirmou que não seria possível fazer esse levantamento, já que não há padronização nos processos protocolados pelas procuradorias regionais. Seria preciso “abrir um a um” dos processos para levantar esses dados, segundo a PGE. O TSE afirmou que “não se manifesta sobre casos que podem vir a ser objeto de julgamento”.

Fase de maturação

Para o especialista em direito constitucional e eleitoral Acacio Miranda da Silva Filho, a regulamentação da pré-campanha é muito importante, apesar das dificuldades de interpretação. “A figura do pré-candidato, nós sabíamos que todos eles agiam dessa forma. Já que temos uma circunstância concreta posta, nada mais razoável que ela esteja regulamentada, para não virar uma feira do rolo.”

Ele avalia que as definições sobre pré-campanha ainda estão passando por um “processo de amadurecimento”, como todas as leis, e é razoável que os limites positivos e negativos sejam discutidos. “Isso só era discutido pelos candidatos e pelas assessorias jurídicas, não era externalizado de forma tão contundente”, afirma Acacio.

Segundo Silvana Batini, apesar de as discussões sobre a pré-campanha terem ganhado maior proporção, a mudança na resolução do TSE reduziu drasticamente os casos de judicialização por propaganda antecipada. (VC)



ROBERTO BRANT

NOSSO SISTEMA POLÍTICO TEM SIDO INCAPAZ DE CRIAR E PROVER OS CANAIS DE DIÁLOGO NOS QUAIS OS DIFERENTES GRUPOS DA SOCIEDADE POSSAM ARTICULAR VISÕES DO MUNDO E INTERESSES LEGÍTIMOS

(cartas: SIG, Quadra 2, Lote 340 / CEP 70.610-901)

Política como desencontro

Em um tempo em que as religiões têm sido um instrumento na política para alimentar o ódio e separar as pessoas, o papa Francisco parece um personagem de um outro mundo. Sua coragem de trazer o cristianismo para a vida presente e para os homens reais, ao lado da sua insistência em convocar o que resta de inocência na condição humana, quase me levam a acreditar que ele recebe uma inspiração do sagrado, por mais que a idade tenha me tornado mais cético e mais descrente.

Na semana que passou, falando a jovens de uma fraternidade cristã, ele expressou dois pensamentos que deveriam provocar reflexão não apenas em quem compartilha um sentimento religioso de qualquer natureza, mas em todas as pessoas de boa vontade, nesta

quadra de tanto sofrimento e tanta loucura na vida política de muitas nações. O que se passa no Brasil de hoje, nos Estados Unidos e em tantas outras democracias, com a exaltação dos antagonismos, a volta da violência na política e a sedução do autoritarismo, aponta para um futuro próximo em que o que há de melhor na civilização humana pode perfeitamente desaparecer.

A primeira palavra de Francisco é uma senha para um mundo novo, tão diverso daquele que estamos vivendo: “A política é acima de tudo a arte do encontro”. Encontro significa aceitar os outros e as diferenças e não levar a luta política às últimas consequências. Nas democracias nenhuma vitória política é definitiva, nenhum poder é absoluto e a política não controla a totalidade da

vida. Nelas, não há derrota final porque não existe vitória final. Na qual o poder é absoluto e a política está presente em tudo não há sequer lugar para a luta política. Por isto, onde a luta política é possível, não podemos permitir que ela própria destrua o ambiente de liberdade e de cooperação, que é o único em que ela pode existir e que chegou até nós pelo sacrifício e o mérito dos que viveram antes de nós.

Toda sociedade convive com duas forças divergentes: os instintos de competição e de cooperação. A luta pela conquista do poder é natural em todos os grupos humanos, mas só conseguem prosperar aqueles nos quais a política organiza a competição social de um modo que as forças da cooperação não sejam neutralizadas ou enfraquecidas. Quando a política deixa de cumprir este papel, a luta pelo poder torna-se um fim em si mesma e os recursos e energias da

sociedade deixam de ser aproveitados para o progresso de todos.

Esta é tipicamente a situação em que nos encontramos. Nosso sistema político tem sido incapaz de criar e prover os canais de diálogo nos quais os diferentes grupos da sociedade possam articular visões do mundo e interesses legítimos. O resultado é que a luta pelo poder acaba se resumindo numa disputa de personalidades, em vez de ser uma reflexão sobre os imensos desafios que o país tem diante de si. Não se pode esquecer que o Brasil é o único país que é rico, enquanto sua população é quase toda pobre, ou muito pobre. E que, em 2022, nossa renda por habitante é 8% menor do que era em 2013. Além de pobres, não crescemos mais, porque escolhemos a política como desencontro.

A outra palavra forte de Francisco é que precisamos confrontar nossas ideias

com a profundidade da realidade, pois a realidade é mais importante do que as ideias e não podemos fazer política com ideologia. A experiência da história já demonstrou que as ideologias, todas elas, são versões fictícias do mundo real, construídas de propósito para manipular as pessoas, com finalidade política.

Nosso destino neste momento está atrelado a visões ideológicas, que deixam de fora da competição política todos os problemas que precisam ser enfrentados e todas as duras soluções que precisam ser adotadas. O resultado das eleições nestas circunstâncias corre o risco de ser uma mera vitória de uma irrelevância sobre outra, de uma falsidade sobre outra.

Resta a esperança de que a visão redentora de papa Francisco, por um milagre, caia sobre nós, pois muito pouco podemos esperar da sabedoria dos homens da terra.